

ESTUDOS SOBRE O COTIDIANO E O IMAGINÁRIO DA MORTE EM RIO BRANCO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA (1970-1990)

Autores:

Odilce Bortolini Somera¹

Suzana Patrícia Nóbrega de Medeiros²

A ocupação das terras acreanas por populações não indígenas, oriundas do centro-sul do país, constitui-se num problema de longa data, intensificando-se a partir de 1970, em consequência das novas políticas públicas voltadas para a Amazônia e desencadeadas pelo governo federal com o apoio dos governos locais que visavam interligar tal região ao resto do país e transformá-la numa grande área de desenvolvimento e modernização econômica. Tal fato ocasionou a vinda de inúmeras famílias e latifundiários impulsionados pela promessa de terra barata e produtiva, como também pelos incentivos e facilidades fiscais.

Com a chegada dessas pessoas, os antigos habitantes dos seringais foram obrigados, em sua maioria, a se deslocar para áreas urbanas do Estado, principalmente para sua capital. Essa migração rural contribuiu para ampliação do perímetro urbano com a formação das “periferias” de Rio Branco. Famílias de trabalhadores de localidades próximas à capital, ou originadas de distantes seringais passaram a sonhar com a possibilidade de viver na cidade mesmo que abrigadas às margens do rio ou em lugares mais insalubres.

Desse modo, o crescimento de Rio Branco se deu em várias direções, reafirmando ou (des)construindo a noção de “centro” e “periferia”. Isso pode ser observado na divisão dessa cidade em inícios de século XX, tendo de um lado a parte denominada Empresa, centro comercial e de moradia e, de outro, Vila Penápoles, sede administrativa. Esses espaços foram sendo redefinidos ao longo das décadas seguintes.

A construção do cemitério São João Batista, por volta de 1908, pelo prefeito da cidade de Rio Branco, Gabino Besouro, como outras repartições públicas, visava estabelecer na cidade certa infraestrutura. Tal construção seguia o modelo francês implementado durante a primeira década do século XIX, que segundo Reis os projetistas imaginaram cemitérios gramados e arborizados, cemitérios-jardins para serem visitados como lugar solene de serena meditação, e onde fossem erigidos túmulos vistosos que marcariam um novo tipo de culto aos mortos. (João José Reis, *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 78).

Contudo, na década de 1980, esse cemitério encontrava-se sem condições de atender a demanda das pessoas falecidas, salvo aquelas que já tinham familiares ali enterrados. Constrói-se,

¹ Graduada em história, Universidade Federal do Acre, odilcesomera@hotmail.com

² Graduanda em história, Universidade Federal do Acre, suzana.patricia@hotmail.com

então, o cemitério “Jardim da Saudade”, situado no bairro Tancredo Neves. Ao ficar pronto em 19 de julho de 1985, esse cemitério, recebia para sepultamento, apenas pessoas de baixa renda, mas com a completa saturação do São João Batista, passou a receber, também, pessoas de classe média e alta.

Dez anos depois, em 1995, com a grande enchente ocorrida no rio Acre, a prefeitura de Rio Branco, em uma situação de emergência, transferiu alguns moradores das áreas alagadas para uma parte do terreno do cemitério, dando início ao Bairro “Defesa Civil”, localizado na parte alta da cidade, afastado do centro urbano, tendo nas suas áreas mais baixas, locais alagadiços no período chuvoso e está situado entre o bairro Tancredo Neves, Jorge Lavocat e uma fazenda agropecuária.

Esse deslocamento contribuiu para a desestruturação do cemitério, pois as ocupações realizadas em seu entorno, de certa forma planejada num primeiro momento, foram permeadas por uma total falta de infra-estrutura.

Dessa forma, é possível pensar a formação da cidade de Rio Branco na perspectiva do “Jardim da Saudade”. Cidade e cemitério, ao longo desses 15 anos, sofreram e sofrem com o crescimento populacional e habitacional desorganizado. Moradores lutam pelo direito de moradia, não se importando com as adversidades ali encontradas.

A área que, hoje, é o Bairro “Defesa Civil” foi destinada para abrigar moradores que ficaram desalojados devido as fortes enchentes do rio Acre nos anos de 1995 e 1997, recebendo esse nome em virtude do auxílio prestado à população pela “Defesa Civil”. Os primeiros moradores que ocuparam o bairro, em 1995, eram oriundos das margens do rio Acre, no centro da cidade de Rio Branco, cujas moradias eram palafitas sem a devida infra-estrutura urbana. Alguns eram antigos seringueiros, agricultores, ribeirinhos, entre outros. Os mesmos chegavam à cidade com sonhos de uma vida cheia de oportunidades de emprego, lazer, escola, saúde e outras, porém, a realidade encontrada não satisfaz todos os objetivos, pois a maioria desses trabalhadores estava habituada ao trabalho braçal ligado à produção e extração dos produtos naturais, desconhecia as técnicas de construção civil, comércio ou trabalhos de repartições públicas que se constituíam como áreas que ofereciam maior oferta de emprego.

Diante dessa situação muitos foram obrigados a improvisar barracos às margens do rio, pois nesse local não se pagava pelo terreno e abria possibilidade de empregos, já que muitas mercadorias eram transportadas por via fluvial e descarregadas nas “beiras” do rio, criando uma natural possibilidade de oferta de trabalho e ampliando a categoria dos estivadores (pessoas que carregavam mercadorias dos barcos até os comerciantes).

Com o passar dos anos as pessoas foram se familiarizando com a cidade e seus hábitos, passaram a estabelecer laços de amizade, vizinhança, relações de trabalho, comércio, lazer que, inevitavelmente, eram desfeitas com o deslocamento para outra localidade, passando novamente por uma fase de adaptação, reconstrução de identidades na dimensão espacial, temporal, física, psíquica e ambiental.

Com a enchente de 1995 na cidade de Rio Branco, boa parte da população que habitava as áreas alagadiças próximas do rio Acre teve que abandonar suas casas por um determinado tempo, sendo alojadas em improvisados acampamentos de emergência pela “Defesa Civil”, com total assistência

no tocante a alimentação e a saúde. Com a vazante do rio muitos moradores puderam retornar às suas casas, outros perderam praticamente tudo, ficando sem teto.

Com o aumento significativo de sepultamento no “Jardim da Saudade”, a prefeitura comprou 20 hectares de terra para estender a área do cemitério, com o intuito de transformá-lo no mais bonito e amplo cemitério da cidade. Em virtude da falta de um local apropriado para abrigar os sem teto, a prefeitura em caráter de emergência, transferiu, em fevereiro de 1996, os desabrigados para a área recém comprada, mudando assim, temporariamente, seu plano inicial de ampliação do cemitério.

O terreno provisório era irregular com declividade acentuada, e foi necessário o poder público fazer terraplanagem para construção das casas, não levando em consideração alguns “túmulos clandestinos” existentes no local, pois os mesmos não eram do conhecimento da prefeitura, não tinham identificação e situavam-se em local isolado. Com isso podemos afirmar que, desde o início, da formação do bairro, vivos e mortos passaram a ocupar o mesmo espaço, constituindo-se num aspecto singular em relação aos demais bairros da cidade de Rio Branco.

No início foram construídas casas de madeira, todas do mesmo tamanho não levando em consideração a especificidade de cada família. Os que ocuparam esse local não tiveram outra opção a não ser aceitar as condições de moradia oferecidas pela prefeitura. Ao chegar na área concedida receberam as casas prontas, porém sem a devida infra-estrutura, pois, não havia saneamento básico, escola, posto de saúde, posto policial e precisavam pagar transporte coletivo para realizar qualquer atividade. Ao se depararem com tal situação, os moradores sentiam saudades da antiga moradia, pois a maioria tinha suas casas no centro da cidade, o que lhes proporcionava certo conforto já que não precisavam pagar ônibus por se encontrarem próximo do comércio, das escolas, hospitais, área de trabalho, sem falar nos costumes construídos a partir do contato com as pessoas e o ambiente em que circulavam.

No princípio como não havia água encanada, a prefeitura dava assistência enviando caminhões pipas ao “Defesa Civil” duas vezes ao dia, no entanto não era suficiente para beneficiar todos os moradores nas suas devidas necessidades, desencadeando uma luta diária entre os mesmos pelo direito a água, como nos conta Eudilena, mãe de três filhas, empregada autônoma, que já morou em bairros com melhor infra-estrutura e não se conforma com a atual situação a qual vivencia: “... a água aqui vinha pelo pipa, aqui tinha era briga das pessoas aqui, vinha era polícia aqui, apartar briga aqui, que era mulher de faca, de ripa batendo uma na outra por causa de água...”³

Na falta desta recorriam à água do bairro Tancredo Neves, ou a do córrego próximo ao bairro. Fato este que se repetiu com a enchente de 1997, quando cerca de 100 famílias foram alojadas na mesma área dando origem ao “Defesa Civil II”, como nos relatou outra moradora do local:

“... gente, pior nós já passamos aqui, que nós carregava água lá do Tancredo Neves, dia de domingo no sol quente, nós saía pedindo água a um e

³ Eudilena Sena Feitosa, 34 anos, moradora do “Defesa Civil” a três anos, 2005.

a outro [...] juntava aquele bucado e ia, dava duas, três viagens com lata d'água na cabeça, o vaso ...”⁴

Rosalina, antiga agricultora, viúva, que mora longe dos filhos e ganha seu próprio sustento através de serviços domésticos prestados a vizinhança, diferentemente de Eudilena, reside há mais tempo no bairro e demonstra maior aceitação pelo local que vive. Talvez a sua situação econômica ou até mesmo o fato de morar sozinha a tenha levado a um conformismo, ao admitir que, quem não tem pra onde ir, qualquer lugar serve.

A enchente de 1997 foi mais agressiva que a anterior, atingindo cerca de 30% dos bairros da capital, desalojando aproximadamente 1.500 famílias, abarrotando os acampamentos provisórios, que apesar de receberem novamente auxílio saúde e alimentação, não tinham estrutura para comportar um número tão alto de desabrigados: não havia banheiros suficientes, pessoas se misturavam com animais domésticos, ocasionando um alto risco de epidemias, não havia segurança, sendo que alguns moradores perderam parte de sua mobília. Esse período ficou marcado na memória de muitos moradores como nos relatou Maria, conhecida como “Cisa”: “Nessa época o pouco que Eu tinha me levaram tudo, porque Eu tava num galpão aberto....”⁵

Nesse ano apenas 100 famílias foram transferidas para o “Defesa Civil”. Diferente dos primeiros moradores, os desabrigados de 1997, receberam o terreno com a casa contendo apenas parte do assoalho, coberta por uma lona, dando origem ao nome cabanas. No local também não havia banheiro, tendo os moradores que utilizar o mato para fazer suas necessidades fisiológicas. No entanto os demais problemas tornaram a se repetir, intensificando-se a medida que novos moradores foram chegando ao bairro e agora de maneira desorganizada já que a prefeitura não tinha mais controle sobre as ocupações. Com isso o crescimento do bairro desencadeava a diminuição e desestruturação do cemitério e a intensificação da convivência entre casa e túmulos, espaço de vivos e mortos.

O que era pra ser provisório acabou ficando definitivo, constituindo-se como um novo bairro habitacional. Verificam-se então contradições nos discursos e nas práticas, desde o início da formação do “Defesa Civil”, pois, o fato de se fazer terraplanagem no local nos remete a pensar que o mesmo não seria provisório, já que as obras efetuadas na área eram destinadas a edificações permanentes.

Tal estilo de vida provocava nas pessoas diferentes reações. Existiam aquelas que o medo do convívio com os mortos já estava no seu imaginário, antes da chegada ao bairro; outras direcionavam sua preocupação na questão da higiene, ou seja, a proximidade com os túmulos; o medo do ambiente desconhecido e do afastamento do centro urbano.

Com relação ao Bairro “Defesa Civil” presenciamos dois temores, o medo do além túmulo e o medo do ambiente de contaminação. Quanto ao primeiro, mesmo havendo certo tempo de convivência entre casas e túmulos, alguns moradores ainda temem a vida após a morte, como o caso de Antônia,

⁴ Rosalina de Lima Monteiro Barbosa, 56 anos, moradora do bairro há oito anos, 2005.

⁵ Maria de Oliveira da Costa, 48 anos, moradora do Bairro “Defesa Civil” há oito anos, 2005.

conhecida pelos moradores como Toinha, casada pela segunda vez, sem filhos, uma mulher risonha, receptiva, que ao entardecer enclausura-se em sua casa, com medo do “retorno das almas”:

“... eu acho que aparece de noite, porque a noite é o dia das alma sair, né? Aí, ah! Eu tenho muito medo ó [...] já na outra casa eu não tinha muito medo assim na [...] num sei se é porque na rua, tudo claro né? Eu vendo o claro, quando chega no negócio do escuro [...] é, pra mim “eles” vêm, é no escuro que “eles” vêm...”⁶

No livro “Por Amor as Cidades”⁷, Jacques Le Goff, nota que antes do século XII o cemitério era tido como um lugar de sociabilidade onde as pessoas desenvolviam suas práticas, alheias ao cunho religioso, um lugar de criatividade, comum a todos. A cidade dos mortos é também a cidade dos vivos, mas em pleno 1985 a construção do “Jardim da Saudade” não é mais realizada nesta perspectiva, onde o Estado pautado no discurso médico-higienista da modernidade reorganiza os espaços urbanos, redefinindo o lugar dos vivos e lugar dos mortos. No entanto, em pleno século XXI, onde é visível a ausência da prática da discurso higienista. Contudo, esse discurso está presente no imaginário dos moradores do bairro, já que em seus relatos fica claro que a maior preocupação é residir em uma área de contaminação.

No “Jardim da Saudade” constituiu-se uma certa sociabilidade entre vivos e mortos, já que o mesmo foi delimitado há pouco tempo, as pessoas desenvolviam inúmeras atividades durante o dia ou a noite entre os túmulos tais como brincadeiras de crianças, partidas de futebol, brigas entre gangues rivais ou até mesmo como um atalho:

“... o cemitério tá cercado, ta certo, a cerca é uma cerca bem feita mesmo né? Mas, eles pulam, pulam a cerca, e vem fazer briga dentro do cemitério, tiroteio, campo de bola, dia de finado a gente bota flores nos túmulos, a molecada daqui mesmo, vão lá, tira tudo, traz pra enfeitar em casa...”⁸

A questão da violência citada por Eudilena, também, aparece na fala de Cisa:

“... a marginalidade a gente passa muito sufoco [...] o pessoal daqui com o pessoal do Tancredo brigava, tinha dia que a gente tava aqui, corria pra dentro de casa, que a bala cortava aqui na rua [...] era muito difícil, mas agora graças a Deus melhorou, só tem uma coisa que a gente corre o risco aqui direto, é que ninguém pode sair de casa que o pessoal invade, rouba tudo...”⁹

Constatamos que a mudança que a mudança de mentalidade dos homens e mulheres do Bairro “Defesa Civil” se deu a partir de sua experiência humana e espacial, pois a convivência com os mortos e com a violência do bairro alterou, significativamente, o comportamento entre os vivos, pois o medo antes associado a vida após a morte se instala agora nos vivos:

⁶ Maria Antônia da Silva, moradora do Bairro “Defesa Civil” a cinco anos, 2005.

⁷ Le Goff, Jacques, 1924 – Por Amor as Cidades: conversações com Jean Lebrun: tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas).

⁸ Eudilena Sena Feitosa, 34 anos, moradora do “Defesa Civil” a três anos, 2005.

⁹ Maria de Oliveira da Costa, 48 anos, moradora do Bairro “Defesa Civil” há oito anos, 2005.

“ Eu pelo menos , eu num tenho mais não, no comecinho eu tinha sim, porque, aí, tinha gente que dizia assim pra mim: ó, não fica olhando muito pra ali não, se não pode querer se assombrar, eu não sei mais nem de quem é que eu possa ter medo, se é dos mortos ou se é dos vivo, né? Porque os morto, eu acredito assim, os morto, aqueles só vem se Deus consentir né, eu creio que seja assim, e os vivo, na espera que Deus deu, ó, pra eles vir né, eles vem por conta própria né, ai eles vem e faz por conta própria ó, aí já pra mim, na minha opinião, na minha tioria, eu acho que eu já tenho mais medo dos vivo, de certos tipos de vivo né?”¹⁰

Maria Raimunda uma senhora aposentada, com sérios problemas de saúde, mora com alguns filhos e netos, e se emociona ao falar dos seus problemas físicos e familiares, como também o abandono do poder público que segundo a mesma, só oferece auxílio em época de eleições.

O descontentamento com o descaso do Estado se faz presente não só na fala de Maria Raimunda, como também nos demais entrevistados, que se sentem excluídos dos planos de ação do governo, mesmo quando esse visita o bairro, pois como nos conta Geraldo Angelim, essa presença não tem resultados efetivos para o bairro:

“... a prefeitura agora fez um cadastramento pra saber quantas casas tinha, pra ver se valia a pena comprar outra área pro cemitério ou tirar os moradores daqui, mas até agora a gente não teve resposta [...] a gente agora já fez a reivindicação do muro, só que eles não atenderam a gente com o muro, mas fizeram, cercaram de ripa né.”¹¹

Percebemos que essa cerca veio pra assegurar a permanência dos moradores no local e fica claro que a intenção do governo é proteger os túmulos de ações da população, quando na verdade o olhar do Estado deveria estar voltado para o risco de contaminação que se faz presente na área. A discussão que está posta, não é classificar quem merece maior ou menor atenção do governo, mas sim, pensar na possibilidade de mortos e vivos serem tratados com o mesmo respeito.

Diante deste panorama, é difícil definir os limites territoriais e sociais entre os vivos e os mortos do “Jardim da Saudade”. Uma vez que, os vivos residentes no Bairro “Defesa Civil”, podem ser considerados mais mortos do que aqueles que ocupam a sepultura, pois ficam esquecidos não só por parte do poder público como também da sociedade em geral:

“... você vê que até na rádio aí, o locutor dá bom dia pro Tancredo Neves, bom dia pro Irineu Serra, bom dia num sei pra onde, mas o “Defesa Civil” ninguém nem fala [...] né brincadeira não, faz até vergonha dizer que mora aqui nesse Bairro “Defesa Civil”, as pessoas tem medo da gente [...] mas, só em a gente dizer que mora aqui no Bairro “Defesa Civil”, a gente já perdeu o valor pras pessoas por aí, é uma discriminação, a gente sente isso sabe? Sente mesmo.”¹²

¹⁰ Maria Raimunda dos Santos Moreira, 67 anos, moradora do Bairro “Defesa Civil” há oito anos, 2005.

¹¹ Geraldo Angelim de Albuquerque Junior, 27 anos, presidente da Associação dos Moradores do Bairro “Defesa Civil”, 2005.

¹² Eudilena Sena Feitosa, 34 anos, moradora do “Defesa Civil” a três anos, 2005.

Os moradores fazem uma reflexão de sua própria realidade e, apesar dos mesmos serem diferentes, há pontos em comum, pois a existência é coletiva. A construção de uma nova identidade perpassa pelo reconhecimento de novos espaços, pelo contato com o outro, revelando-se, no geral, de maneira conflituosa, onde muitas vezes aqueles que chegam são tratados como “inferiores”, “invasores”, sendo-lhes negado o espaço e até mesmo a condição de pessoa humana, como no caso da segunda leva de moradores que receberam o nome de cabanas. No entanto, essa situação pode servir de força para uma resistência e a luta por uma auto-afirmação.

Ali convive o vivo-morto, no que se refere ao abandono; o morto-vivo, aquele que se mantém no imaginário das pessoas; e o morto-morto, aquele que também deixou de existir na memória.